

CARTA ROGATÓRIA Nº 14.798 - CH (2019/0214684-8)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : TRIBUNAL DE PROTEÇÃO DO ADULTO E DA CRIANÇA DE GENEBRA
INTERES. : M A P D A S
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
PARTE : M A F
INTERES. : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça suíça solicita que se proceda à citação de M. A. P. da S. de ação de guarda do filho menor, N. A. S.

A intimação prévia ficou frustrada, conforme o documento postal de fls. 21-22.

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, e o Ministério Público Federal não se opuseram à concessão do *exequatur* (fls. 72-74 e 76).

É o relatório. Decido.

Segundo dispõe o art. 247, I, do CPC, tratando-se de ações de estado da pessoa, é de rigor o cumprimento da comissão por intermédio de oficial de justiça.

O objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o *exequatur***.

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Estado de Goiás, para as providências cabíveis.**

Cumpra-se a diligência em 60 dias.

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente